



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

COMO SE INVENTAM MÁRTIRES: OS MASSACRES DE CUNHAÚ E

URUAÇU NA VISÃO DE CÂMARA CASCUDO.

NATAL/RN

2008

ANA PAULA CÂMARA CORREIA

**COMO SE INVENTAM MÁRTIRES: OS MASSACRES DE CUNHAÚ E
URUAÇU NA VISÃO DE CÂMARA CASCUDO.**

Monografia apresentada como requisito de avaliação da disciplina Pesquisa Histórica II (DEH046), do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do professor Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, para fins de obtenção do título de Licenciatura e Bacharelado em História.

NATAL/RN

2008

ANA PAULA CÂMARA CORREIA

**COMO SE INVENTAM MÁRTIRES: OS MASSACRES DE CUNHAÚ E
URUAÇU NA VISÃO DE CÂMARA CASCUDO.**

Monografia apresentada como requisito de avaliação da disciplina Pesquisa Histórica II (DEH046), do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do professor Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, para fins de obtenção do título de Licenciatura e Bacharelado em História.

Aprovado em ____ / ____ / ____.

Nota: ____

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Prof^o. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha.

Prof^o. Luiz Eduardo Brandão Suassuna.

NATAL/RN

*A meu pai que tanto me incentivou para
que eu concluísse este curso.*

"Andei. Por Caminhos difíceis, eu sei. Mais, olhando o chão sob meus pés, vejo a vida correr. [...] De tudo ficarão três coisas: a certeza de estar sempre começando, a certeza de que é preciso continuar e a certeza de ser interrompido antes de terminar". (Fernando Sabino)

AGRADECIMENTOS

O período de realização do curso de história na UFRN foi sem dúvida muito especial por proporcionar a construção e/ou desconstrução de conceitos e valores até então desconhecidos e que hoje os considero imprescindíveis na minha vida.

Agradecimentos... São tantos!

Agradeço a Deus, pelo presente da vida, sem o qual nada teria sido possível, e por ter me agraciado com a família e com os amigos que tenho, por ter fortalecido a minha fé, e coragem nos momentos de tribulações, fazendo-me entender que "tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo propósito debaixo do céu: tempo para nascer, e tempo para morrer, tempo para plantar e tempo para colher, tempo para demolir e tempo para construir, tempo para chorar e tempo para sorrir..." (Eclesiastes, 3:1- 4).

Deus foi responsável também por colocar em minha vida pessoas de especial importância. Sem elas, certamente esta etapa não teria se concretizado. Portanto, quero agradecer:

Aos meus pais (Neto e Solange), pelo amor, carinho e educação que me proporcionaram ao longo da minha vida. Em especial, ao meu querido pai, sempre carinhoso e presente, inclusive nos meus momentos de angústias, mostrando-me que os obstáculos da vida são passageiros e que tenho força o bastante para superá-los. Te amo incondicionalmente!!

Aos meus irmãos (Leo e Flavinha), que me dedicam palavras de amor, carinho, admiração e muita confiança.

Aos meus lindos sobrinhos (Victinho e Arthur), pela alegria que encontro nos seus sorrisos, me ensinando que para ser feliz, se faz necessário tão pouco.

A minha grande amiga Camila, por sua paciência, seu apoio nas horas difíceis e por sua companhia nos diversos momentos, nos quais torna minha vida mais alegre com sua determinação e otimismo.

Aos meus amigos (Flavio, André, Amanda, Raquel) por sempre se fazerem presentes, apesar da correria do dia-a-dia.

Aos Mestres que, no decorrer desta caminhada, compartilharam conosco seus conhecimentos, enriquecendo-nos com o seu saber e experiência; especialmente a Aurinete por ser a “mãe” desse curso, a Wicliffe, a Kokinho e a Nonato para com os quais tenho um carinho especial.

Ao meu orientador, Prof^o Durval, por toda paciência e colaboração na construção deste trabalho.

As minhas fiés AMILGAS (Aline, Thassila, Dany Casada, Dany Mamusca, Vitória, Liana, Simone, Ilana, Daianne, jú Mapurunga), que de inúmeras formas contribuíram, não só para minha graduação, mas sobretudo para meu desenvolvimento humano, à medida que compartilhávamos tanto atividades acadêmicas, quanto singularidades referentes a nossa vida pessoal, foi literalmente na alegria e na tristeza, na saúde e na doença. São vários os momentos que ficarão para sempre guardado em minha memória. Lá estarão registrados, as nossas festas, os congressos, os estudos nos fins de semana, as nossas neuroses, as terapias na cantina, as conversas no saudoso pretinho (se ele falasse!) e muitas outras coisas que não se pode citar aqui. AMO todas vocês!

A todos os meus amigos e colegas de curso (não citarei nome, pois certamente esquecerei alguns), com os quais compartilhei anos maravilhosos.

Ao David, por me fazer entender que realmente as pessoas são sempre mais.

Ao Neto que nesses últimos anos tem se mostrado um amigo com o qual posso contar em qualquer momento. (Devo esse presente a um congresso em Caico!!) Obrigada pela paciência e sugestões neste trabalho.

Enfim, a todos àqueles que de alguma forma entraram na minha vida, deixando marcas!!

RESUMO

Este trabalho trata-se de um estudo sobre como Luís da Câmara Cascudo constrói como sendo massacres os eventos ocorridos no engenho Cunhaú e Uruaçu durante o domínio holandês na capitania do Rio Grande. Tentando demonstrar, a partir da análise do discurso deste autor sobre a presença holandesa no Rio Grande do Norte, que os ditos massacres foram acontecimentos historicamente concebidos de acordo com uma mentalidade católica e conservadora que embasa a obra do autor. Para tanto, faz-se uma análise historiográfica segundo a proposta de Michel de Certeau, considerando o lugar social, as práticas historiográficas e a escrita de Câmara Cascudo para compreensão de sua fala sobre estes eventos e a versão que para ele construiu.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPITULO I - CÂMARA CASCUDO E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.....	15
CAPITULO II - O DOMINIO HOLANDÊS SEGUNDO CÂMARA CASCUDO.....	29
CAPITULO III - A INVENSÃO DOS MASSACRES DE CUNHAÚ E URUAÇU.....	44
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

INTRODUÇÃO

A invasão holandesa, na primeira metade do século XVII, está inserida no contexto da União das Coroas Ibéricas (1580-1640) – passagem de Portugal para o domínio espanhol, devido a problemas de sucessão do trono português –, o que representou a perda de autonomia política de Portugal e a invasão de sua colônia na América pela Holanda, inimiga da Espanha.

Nesse período de domínio espanhol, os comerciantes holandeses sentiram-se ameaçados nos seus interesses, a distribuição e refino do açúcar brasileiro na Europa, resultando na invasão pela Holanda de áreas estratégicas, produtoras de açúcar, região que compreende hoje o Nordeste Brasileiro. Para isso, fora criada a Companhia das Índias Ocidentais, uma companhia de comércio responsável pelas conquistas de áreas estratégicas para garantir a continuidade do comércio e da navegação holandesa na América.

Em 1630, foi iniciada a invasão definitiva da capitania de Pernambuco, estendendo-se posteriormente as capitanias vizinhas. Na capitania do Rio Grande, o domínio holandês compreendeu o período de 1633 a 1654. Os holandeses deram o nome de Nova Amsterdã a Natal e Castelo Keulen ao forte dos Reis Magos¹.

A historiografia clássica norte-riograndense define esse período como uma época nula, que em nada veio a acrescentar a capitania do Rio Grande, a não ser saques, pilhagens, assaltos e massacres.

São exatamente sobre esses ditos massacres, mas precisamente os de Cunhaú e Uruaçu, que recaem as atenções deste trabalho. Os massacres teriam ocorrido no final do

¹ MARIZ, Marlene da Silva, SUASSUNA, Luiz Eduardo B. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho. 2002.n.74-75.

período holandês no Rio Grande, quando os confrontos se encontravam acirrados entre portugueses e holandeses, visto que Portugal já adquirira sua liberdade política e com isso apresentava certa resistência à dominação batava. Assim, os chamados massacres de Cunhaú e Uruaçu estariam inseridos na conjuntura sócio-política do momento. Contudo, a historiografia clássica aborda esse fato sob outra ótica, excluindo-a dessa conjuntura e invocando os aspectos heróicos e martiriológico dos vitimados nos massacres.

Diante desta constatação, deu-se o interesse de realizar uma avaliação crítica do que foi produzido pela historiografia clássica norte-riograndense sobre os massacres de Cunhaú e Uruaçu. Para isso, escolhi como representante desta historiografia clássica o autor Luís da Câmara Cascudo, devido a sua vasta bibliografia e grande importância para a historiografia potiguar.

A temática de Cunhaú e Uruaçu, apesar de se referir a um passado bem distante (1645), torna-se pertinente na medida em que, a Igreja Católica move um processo para a canonização dos chamados mártires de Cunhaú e Uruaçu. E atualmente, a Governadora Wilma de Farias sancionou uma lei transformando o dia 3 outubro em feriado estadual para homenagear os ditos mártires, causando polêmica em torno do assunto.

Desta forma, o presente trabalho pretende analisar o discurso de Luís da Câmara Cascudo acerca dos “massacres” de Cunhaú e Uruaçu. Fazendo-se necessário para a realização do estudo a avaliação das seguintes obras que se referem a esse tema: *História da Cidade do Natal*² (1947), *Geografia do Brasil Holandês*³ (1949), *Os Holandeses no Rio*

² CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. Natal: IHGB/RN. 1999.

³Id. *Geografia do Brasil holandês*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1956

*Grande do Norte*⁴ (1949) e *História do Rio Grande do Norte*⁵ (1955), essas obras me colocarão diretamente em contato com o problema proposto para o estudo.

Metodologicamente, por se tratar de um estudo historiográfico, este trabalho tem base apenas bibliográfica, ou seja, as obras do próprio Câmara Cascudo que tratam do tema. Os textos são utilizados como fonte histórica, sendo o próprio fato histórico analisado enquanto produto do discurso de uma época. Não faremos análise de outros autores, mas algumas considerações serão necessárias para fazermos possíveis analogias e complementações à análise.

Este trabalho será estudado nos moldes da análise historiográfica proposto por Michel de Certeau;

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da 'realidade' da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada 'enquanto atividade humana', enquanto prática. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* 'científicas' e de uma *escrita*. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto.⁶

⁴ Id. *Os Holandeses no Rio Grande do Norte*. Mossoró: [s.n.], 1992. (coleção Mossoroense. série "c", v. 792) 1992.

⁵ Id. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984.

⁶ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: ____ *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2006. p. 66.

Tendo isso em vista, buscaremos compreender primeiramente o contexto histórico-social que envolvia as obras escritas por Cascudo sobre os massacres de Cunhaú e Uruaçu, recolocando-as na sociedade da época, para analisar as circunstâncias que determinaram a produção desse discurso historiográfico, para depois, realizar a análise do seu discurso acerca dos massacres.

Podemos dividir este trabalho em três momentos, que compreendem três capítulos. No primeiro momento, faremos uma contextualização do pensamento de Luís da Câmara Cascudo, retomando etapas marcantes da historiografia do século XIX, de relevância para este estudo, já que essa historiografia serve de modelo e inspiração para o trabalho de Câmara Cascudo no século XX. Tentaremos fazer, também, um sucinto histórico da conjuntura sócio-política do Brasil nas primeiras décadas do século XX, identificando como se originou e como se edificou, no Rio Grande, o discurso de Câmara Cascudo sobre os holandeses.

Num segundo momento do trabalho analisaremos aspectos do discurso de Luís da Câmara Cascudo sobre os holandeses na capitania do Rio Grande, representado como entrave para a colonização portuguesa e abordando os aspectos que a diferencia do domínio holandês na capitania de Pernambuco. Para tanto serão analisadas as obras que tratam do assunto em questão.

Por último, analisaremos o discurso de Luís da Câmara Cascudo acerca dos chamados massacres de Cunhaú e Uruaçu, inserindo-os na sua visão sobre o período holandês e tentando desmistificar o caráter martiriológico que Cascudo construiu para esses episódios da história potiguar.

CAPITULO I

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.

Para análise do discurso de Luís da Câmara Cascudo a respeito dos chamados massacres de Cunhaú e Uruaçu, será necessária a avaliação de suas principais obras que tratam do assunto em questão: *História da Cidade do Natal*, *Geografia do Brasil Holandês*, *Os Holandeses no Rio Grande do Norte* e *História do Rio Grande do Norte*.

Essas obras foram produzidas, no séc. XX, da década de 40 até a primeira metade dos anos 50, período no qual predominavam as idéias nacionalistas e de construção de uma identidade regional.

Baseavam-se em crônicas produzidas na primeira metade do século XVII, como também na obra "mestra" de Francisco Adolfo de Varnhagen, *Historia Geral do Brasil*, além de alguns outros documentos que foram produzidos ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, sendo eles, documentos escritos e depoimentos orais que constituíam as principais fontes e dados para a produção historiográfica. A partir desses documentos, Cascudo pretendia descrever/narrar os fatos em detalhes, realizando uma narrativa completa e acabada da história, fazendo-se necessário apenas em algumas ocasiões acrescentar detalhes considerados inovadores.

É válido ainda expor que *História da Cidade do Natal* (1947) e *História do Rio Grande do Norte* (1955) foram obras produzidas por encomenda do político Sylvio Piza Pedroza, que exercia o cargo de prefeito, na publicação da primeira delas, e de governador, na segunda. Esse mesmo político concedeu a Cascudo o diploma de pergaminho de Historiador da Cidade do

Natal em 1948⁷. O que implica dizer que essas obras correspondem a preocupações políticas da época, como a construção da identidade regional no quadro nacional.

Acreditando-se que Luís da Câmara Cascudo seguia as mesmas linhas de interpretação da historiografia clássica brasileira, faz-se necessário abordar alguns aspectos dessa historiografia.

Até mais ou menos a segunda década do século XX, a historiografia brasileira permaneceu inteiramente vinculada à historiografia do século XIX, cuja matriz foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi criado logo após a independência política do Brasil, em 1838. Ele tinha como objetivo viabilizar um projeto de sistematização da produção historiográfica capaz de contribuir para a elaboração dos contornos do que se queria definir como a nação brasileira. Esse instituto exerceu grande influência até a segunda metade da década de 1930.

A idéia de criação de um instituto histórico é veiculado no interior da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), criada em 1827 com a marca do espírito iluminista presente em instituições semelhantes que brotaram no continente europeu durante os séculos XVII e XVIII, e que se propunha a incentivar o progresso e desenvolvimento brasileiros. Da mesma forma que aquelas sociedades européias que, segundo a análise de IM HOF Ulrich, devem ser vistas como parte do processo de centralização do Estado, e, portanto com funções de poder muito específicas, também a SAIN e posteriormente o IHGB pensam em projetos de natureza global, de forma a integrar as diferentes regiões do

⁷ LIMA, Diógenes da Cunha. *Câmara Cascudo: um brasileiro feliz*. Rio de Janeiro, Lido, 1998, p.215.

Brasil, ou melhor, de forma a viabilizar efetivamente a existência de uma totalidade 'Brasil'⁸.

Pode-se interpretar que o IHGB procurou a todo custo compor a história nacional de uma forma singular, ofertando um passado ao país e recriando o "descobrimento" como marco de origem da nação brasileira. Uma vez que desconsiderava-se, até o momento, o que existiu antes da chegada dos portugueses, tendo-se, a partir daí, a história branca e europeia, centrada nos portugueses como agente civilizador e representante da cultura europeia nos trópicos. Logo, criar uma historiografia para o Brasil significava construir a identidade do povo brasileiro.

O IHGB contou desde o início com o apoio do Imperador D. Pedro II, que promovia investimentos financeiros para coleta de documentos acerca da história nacional, para a formulação de congressos, para realização de concursos e para viagens e pesquisas em arquivos estrangeiros; enfim, a cada ano essa ajuda financeira significava uma parcela maior no orçamento da instituição,

Devido a essa simbiose entre o Estado e a elite letrada, ou seja, entre os homens de poder e a produção intelectual, o IHGB assumiu um caráter de instituição oficial. Fato esse que não deve ser ignorado ao se tratar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro enquanto produtor de uma historiografia nacional, visto que, este lugar desempenhará um papel ímpar na construção de uma "certa historiografia"⁹.

A admissão dos associados no IHGB, dava-se por meio das relações sociais e não devido à produção intelectual, científica e acadêmica, como ocorria nas instituições

⁸ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos, Caminhos da Historiografia*, V.1, 1988. p.8.

⁹ Essas afirmações baseiam-se principalmente no texto de GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Op. cit.

estrangeiras, revelando no instituto, deste modo, um caráter elitista. Na sua composição interna, encontrava-se desde políticos e proprietários de terra até literatos e pesquisadores de respaldo, alguns pertencentes ao mais alto escalão do governo imperial e outros da burocracia mediana, o que restringiu a história do Brasil à elite letrada imperial. Assumindo-se, assim, uma postura claramente iluminista, na qual quem primeiro detém o conhecimento é o topo da sociedade, que discute a aprovação dessas idéias e, só após o entendimento do que foi constatado, esclarece a população. A associação cumpria, assim, diferentes papéis: para alguns significava um local de projeção intelectual, para outros um espaço de promoção pessoal¹⁰.

É importante esclarecer que apesar de todas as diferenças presentes “nesse território” (fossem elas econômicas, sociais, de desenvolvimento das regiões), o principal objetivo era formular uma história sem rupturas, exaltando e glorificando a pátria e defendendo a colonização portuguesa. Não ocorria uma oposição à antiga metrópole colonial. Pelo contrário, a intelectualidade brasileira reconhecia-se como continuadora da tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa, daí porque as qualidades dos portugueses terem sido sempre apontadas como superiores.

Características como a centralização política, a ausência interpretativa, a descrição, a parcialidade exagerada, a narração desvinculada de todos os processos históricos, o tratamento linear dado ao desenvolvimento da história, a rejeição às separações, às tensões, aos conflitos e às insatisfações, caracterizavam os trabalhos realizados nesse período.

Quanto à abordagem histórica dominante nessa época, prevaleceram às questões políticas. Assim, temas como a vinda de D. João VI para o Brasil, o descobrimento do Brasil, as invasões estrangeiras ocorridas no Brasil e a independência brasileira predominavam nos

¹⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil-1870-1930. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.105:

A intelectualidade brasileira reconhecia-se como continuadora da tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa.

textos e artigos. Margarida Dias¹¹ resume bem essa historiografia ao tratá-la como sendo uma história factual, descritiva, heróica, mitificada, desprovida de análises profundas, ou seja, uma história de monumentos passados, pensada e escrita para a contemplação.

Podemos caracterizar, como representante dessa historiografia produzida no interior do Instituto, Francisco Adolfo de Varnhagen, cuja obra principal foi escrita em 1850 e representava o pensamento histórico dominante daquela época, defendendo a monarquia e a colonização portuguesa.

Com Varnhagen, o Brasil, que se consolidava após o processo de independência política e a constituição do estado nacional, passava a ganhar um passado do qual se formularia um futuro. Varnhagen foi considerado o fundador da história do Brasil e, segundo José Carlos Reis, seria o "inventor do Brasil"¹² Aristocrata, elitista, conservador, patriota, sua história priorizou as ações dos heróis portugueses e dos brasileiros brancos, que, segundo ele, foram fundamentais para a construção da nação brasileira.

A história de Varnhagen é, portanto, tipicamente elitista, aristocrata, herdeira da colonização portuguesa. A história para ele é feita pelos grandes homens, por reis, guerreiros, governadores e bispos, e não pelos homens incultos. Schwarcz define a história de Varnhagen como sendo: "uma história específica porque monárquica em meio a tantas repúblicas, como também conservadora, já que profundamente vinculada à aristocracia rural dominante e ao próprio império"¹³. Segundo José Carlos Reis:

O olhar de Varnhagen sobre a história do Brasil é, portanto, o olhar do colonizador português. Ele inicia a corrente de interpretação do Brasil que articulará os sentimentos e interesses

¹¹ DIAS, Margarida dos Santos. *Intrépida ab Origine: O Instituto Histórico e Geográfico paraibano e a produção da História local-1905/1930*. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda. 1996.p.19-20.

¹² REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p.28.

¹³ SCHWARZ, Lilia Morlitz, *Op.cif.* p.107.

dos “descobridores do Brasil”. Ele reconstrói o Brasil, sintetiza os seus diversos ritmos temporais, submetendo-os à lógica do descobridor e conquistador. O vencedor tem todos os direitos. Vencedor, o português impôs a sua superioridade étnica, cultural e religiosa. Aliás, se o português venceu militarmente os seus adversários, se conquistou seus territórios e os escravizou e exterminou, é porque é superior¹⁴.

Particularmente, a posição de Varnhagen sobre a presença holandesa no Brasil, é de que as invasões de uma forma geral permitiram a união da nação Brasileira, como mostra José Carlos Reis:

[...] o Brasil esteve separado em partes durante anos, e mal explica como veio a soldar-se. O governo não era eficaz: corrupto, roubava e escandalizava. Por pouco o Rio de Janeiro não se tornou uma Guiana Francesa. [...] A luta contra um inimigo comum estreitará pelos laços do coração a futura união Brasileira. Os Holandeses contribuíram para apertar ainda mais esses laços da nação¹⁵.

Assim, diante do perigo comum, a união Brasileira teria se consolidado e permitido uma maior miscigenação entre o escravo e o senhor, entre o soldado europeu e o soldado brasileiro e entre o índio e o branco. Esses grupos sociais tornaram-se mais tolerantes entre si, estabelecendo certa fraternidade. Fato que não ocorreu entre os católicos brasileiros, os protestantes e os judeus, que se tornaram cada vez mais intolerantes. Dessa forma, após a luta

¹⁴REIS, José Carlos. Op. cit.p.33.

¹⁵Ibid.n.41.

contra os holandeses, o Brasil teria tornado-se mais homogêneo, mais forte, mais respeitável e, principalmente, mais reconhecido na Europa. Ainda segundo José Carlos Reis, Varnhagem seria enfático a destacar que o Brasil resultante dessa batalha seria um Brasil português, com o consentimento e a colaboração da população nativa¹⁶.

Apesar da predominância exercida pela produção historiográfica do século XIX, esta não esteve isenta de eventuais questionamentos. Estes se apresentaram de forma mais contundente, entre o fim da década de 20 e início da década de 30 do século XX, quando a sociedade brasileira vivenciava o fim do predomínio das oligarquias rurais sobre o país, o surgimento da burguesia urbana e, ao mesmo tempo, vivia-se a esperança de um novo momento político para o Brasil, representado pela passagem para um novo regime governamental.

Este novo regime político era o Estado Novo que tinha como chefe político Getúlio Vargas, cuja política cultural apresentada foi semelhante à incentivada por D. Pedro II. Getúlio Vargas, assim como D. Pedro II, animava-se do mesmo desejo legitimador e assumia as mesmas funções de mecenato. A diferença era que Getúlio Vargas, no Estado Novo, partia da concepção de que já havia todo um conjunto de realizações acumuladas ao longo de um “tempo”, definido pela memória coletiva como “vida nacional”¹⁷. Tratava-se de recriar essa tradição rêlendo-a com a perspectiva do regime então vigente. Ambos incentivavam os intelectuais a uma produção cultural, correspondente à política em vigor, isto é, de construção do discurso da nacionalidade.

Os anos do Estado Novo além de terem representado um período fundamental para a história política e econômica do país, representou um período importantíssimo para a construção intelectual da história do Brasil. O Estado voltou-se para o passado, buscando

¹⁶Ibid.p.42.

¹⁷ GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores: a política Cultural do Estado Novo.**Rio de Janeiro: F. V.1999. 7.

adquirir um lugar na história e, com isso, relendo e reescrevendo os fatos e as interpretações do calendário cívico do país. Nesse sentido, fazia-se necessário a inserção de especialistas (intelectuais) capazes de dar um novo sentido à história do país. Segundo Ângela de Castro Gomes, iniciava-se “uma aproximação necessária em que o regime reconhecia a liberdade do intelectual, amparava-o política e institucionalmente e solicitava sua cooperação na administração pública e em inúmeros outros empreendimentos¹⁸”.

Diferentemente do século XIX, período em que os letrados eram colocados à margem da política, distantes dos problemas sociais da realidade, no século XX eles serão chamados a participar dos destinos da nacionalidade, inserindo-se nos problemas sociais¹⁹. Foram chamados a reescrever uma nova história que atendesse a necessidade de se analisar o Brasil com confiança, sem complexos, sem ceticismo, e de maneira condizente com o posicionamento ideológico da época, a busca da nacionalidade. Passou-se a não mais aceitar um passado completo e acabado, e sim procurar entender um passado como algo que existiu e precisava ser resgatado, adquirindo consciência dos problemas do momento e das incertezas do futuro, marcando o que Mota chama de “Redescobrimto do Brasil”²⁰ em termos historiográficos.

Ainda segundo Mota, essa busca pelo “redescobrimto do Brasil” só foi possível devido acontecimentos marcantes na sociedade brasileira, como o movimento de 30, a semana da Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista (ambos em 1922) que, se não provocaram mudanças profundas, ao menos modificaram as linhas de interpretação da intelectualidade atuante. O que levou a uma reflexão crítica sobre a historiografia brasileira produzida desde o século XIX, baseada nos pressupostos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Assim

¹⁸Ibid.p.138.

¹⁹ VELOSO, Mônica. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. p.150-153.

²⁰ OTA, Carlos Guilherme. *ecologia da cultura brasileira: 934- 974*. São Paulo: Ática. 1994. n.27.

como na política, novas linhas historiográficas surgiram, contrapondo-se as explicações de autores como, Varnhagen, Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna, ligados ao IHGB.

A historiografia da elite oligárquica que se empenhava na valorização dos grandes feitos heróicos da raça branca já não bastava, tornava-se necessário identificar o sentido desses atos. Os acontecimentos passavam a ser estudados na sua totalidade e não mais como fatos únicos e isolado. Assim, autores como Caio Prado Júnior (1933), Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Hollanda (1936) e Roberto Simonsen (1937), estabeleceram novos parâmetros para a historiografia brasileira e para seu passado²¹. Procuravam libertar-se da perspectiva apologética pregada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Criticava-se o caráter autoritário e as perspectivas hierárquicas presentes nas explicações historiográficas do Brasil, não se desvinculando mais os acontecimentos da conjuntura em que foram produzidos. Ocorrendo, assim, uma valorização de novos temas, ligados quase sempre às mudanças sociais do momento.

Nesse contexto, que lugar Luís da Câmara Cascudo ocupa? Qual a sua leitura de história, ao produzir o discurso sobre os holandeses na capitania do Rio Grande? ?

Luís da Câmara Cascudo

Câmara Cascudo assim como, os principais intelectuais dessa época encontra-se inserido no meio social de homens bem nascidos e bem educados, descendentes da alta burguesia brasileira, como lembra Ângela de Castro Gomes²². Cascudo nasceu em Natal, em 30 de dezembro de 1898, era filho único de pais ricos, membros de uma tradicional família da elite agrária, o que permitira que desfrutasse de uma boa situação financeira. Seu pai foi coronel, tenente, tornado-se mais tarde um comerciante com uma grande fortuna. Isso lhe permitiu viver como um "príncipe". Recebeu sua educação nos moldes da velha tradição erudita, seu conhecimento era resultado de professores e biblioteca particulares, como mostra

²¹Ibid.p.28.

²²GOMES. Ângela de Cast o. Op.cit.n.44.

Zila Mamede: “Foi o primeiro menino, em Natal, a possuir um quarto para a biblioteca que era visitada, gabada, aludida nos jornais por gente grande²³”.

Foi no jornal *A Imprensa*, de propriedade do seu pai, que Câmara Cascudo iniciou sua atividade intelectual, exercendo a função de crítico literário. Na trajetória profissional dos intelectuais da época, era comum essa atividade jornalística que, de acordo com Ângela de Castro Gomes²⁴, representava uma forma de ingresso no mercado de trabalho intelectual, bem como, uma profissionalização que expandia contatos, em alguns casos funcionando como passaporte para mundos políticos e sociais maiores.

Nesse contexto, o Brasil vivenciava o movimento Modernista, novo estilo estético-literário, que tem seu marco cronológico na semana da Arte Moderna de 1922, em São Paulo, quando artistas e intelectuais questionaram os princípios vigentes na literatura brasileira e se propuseram a criar uma nova arte para o país, apoiada em princípios de vanguarda oriundos da Europa. Paralelamente a esse movimento desenvolvia-se um outro movimento, o regionalismo-tradicionalista, que despontou como movimento literário no Recife, em oposição às idéias modernistas.

Os precursores desse movimento regionalista foram contrários ao repúdio modernista à tradição, que, segundo eles, desvalorizava os elementos tradicionais locais. Posteriormente o regionalismo deixou de se opor ao modernismo e de acordo com Sales Neto: “iniciou um processo de construção de uma tradição regionalista que servisse de suporte para as idéias desse movimento. [...] os regionalistas deveriam, a partir de então, colaborar na construção de um sentimento de brasilidade, ofertando a parcela nordestina de tal sentimento²⁵”.

²³ MAMEDE, Zila. *Luis da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual, 1918-1968*. Natal: Fundação José Augusto, 1970.p.12.

²⁴ GOMES, Ângela de Castro. *Op.cit.*p.45.

²⁵ SALES NETO, Francisco Firmino. *Palavras que silenciam: Câmara Cascudo e o regionalismo-tradicionalista nordestino*. João Pessoa:Universitária/UFPB.2008.p.20-22.

Movimento Modernista
X
Movimento Regionalista

Ainda segundo Sales Neto, foi nesse momento, 1924, que as idéias modernas ganharam repercussão em Natal. A participação de Câmara Cascudo foi como divulgador e incentivador dessas correntes literárias no Rio Grande do Norte, isto é, mantinha a elite intelectual atualizada com as novidades e transformações que se desenvolvia no país. Essa atualização se tornou possível porque, entre os anos de 1924 a 1928, esteve na cidade do Recife, cursando a faculdade de Direito, ambiente que lhe colocou em contato direto com o modernismo e o regionalismo.

Câmara Cascudo foi conhecedor dos dois movimentos, mantendo os letrados do Rio Grande do Norte atualizados em relação a ambos. Esses movimentos serviram de base para a formação cultural de Câmara Cascudo da qual resulta a sua obra e, por conseguinte, o seu discurso sobre o domínio holandês, no qual ele procura apontar as especificidades do Rio Grande do Norte, defendendo uma versão local e, portanto, diferenciada da visão de outros autores para o período holandês.

Posteriormente, as oligarquias açucareiras entram em crise, o que levou muitos à falência, inclusive a família de Cascudo. Essa decadência o atingiu tanto do ponto de vista econômico como político, restando apenas o prestígio da época de abundância. Prestígio esse que ainda o permitiu ficar inserido no seio da elite brasileira. Cascudo, portanto, assume o discurso de filho dessa elite oligárquica decadente, perpetuando os valores aristocráticos e elitistas. Nele está presente o saudosismo aristocrático que permeou a obra de Gilberto Freyre, como explica José Carlos Reis²⁶: "ele vê aquele mundo que o português criou naufragando, contestado por todo lado, e o surgimento de um novo Brasil. Ele, então, vira as costas ao novo e se lembra com deleite, com paixão, sem censura e reservas, do Brasil das elites patriarcais." O saudosismo de Cascudo é também pela volta do passado português, um saudosismo dos tempos áureos das elites oligárquicas.

²⁶ REIS, José Carlos. Op.cit. p.57.

3 mundos mantêm a elite atualizada

interessante

cultu

Câmara Cascudo, ao contrário de muitos intelectuais de sua época, não participou ativamente de nenhum órgão público ou função do governo, com exceção da década de 30, quando é chamado a assumir a posição de dirigente regional da Ação Integralista Brasileira, movimento filo-fascista fundado em 1932 por intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo liderados por Plínio Salgado. Ele baseava-se em preceitos morais e religiosos como seu próprio lema dizia: "Deus, pátria e família".

O nacionalismo era de extrema importância para os integralistas. Eles pregavam um Estado autoritário e viam o povo como indivíduos fracos e desorientados, necessitando de alguém forte para guiá-los. No início do Estado Novo os integralistas apoiaram Getúlio Vargas, pensando que receberiam alguns cargos no governo; isso, contudo, não ocorreu. O que leva os integralistas a conspirarem contra o Estado, formulando um novo golpe. Essa tentativa de golpe foi frustrada, levando a extinção da AIB em 1938, por Getúlio Vargas²⁷.

De acordo com Isabel Tebyriçá²⁸, Cascudo atribuía prioridade ao caráter cultural da Ação Integralista Brasileira, com a qual se identificava em função do empenho pela renovação social do país, a que se propunha esse movimento. A sua descrença na capacidade dos partidos em promover uma renovação social efetiva pode ser vista, também, como uma das razões da adesão a esse movimento. A AIB, conforme Cascudo, tinha como objetivo a propagação de uma revolução espiritual do povo brasileiro e valorizava suas tradições esquecidas, sendo principalmente este aspecto destacado pelo historiador na sua obra sobre o domínio holandês. Cascudo ressaltava sempre as tradições, o retorno às origens do país, o nacionalismo impregnado com os valores aristocráticos portugueses, defendendo sempre os princípios lusitanos.

²⁷RAMOS, Isabel Tebyriçá. *Sertão Verde: as cores do Integralismo no Rio Grande do Norte*. Disponível em: <<http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimetos/desc/cascudo/cascudosertaoverde.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2008.

²⁸Ibid.

Possuindo um campo intelectual bastante vasto, tornou-se produtor de discursos nas mais variadas áreas, interpretando e produzindo a realidade social de acordo com sua visão de mundo. Atuava como escritor, poeta, folclorista, etnólogo, etnógrafo, tradutor, romancista, biógrafo, historiador, entre outras.

Constatamos, então, que o discurso de Câmara Cascudo encontra-se relacionado com o momento histórico em que ocorria o declínio econômico e político das oligarquias agrárias e sua substituição pelas elites urbanas (burguesia). Portanto ele irá defender os valores aristocráticos e elitistas, como típico descendente dessa elite decadente. Escreve com o saudosismo de quem a ela pertenceu, buscando no passado as bases para o presente e desejando o retorno de valores tradicionais portugueses. Ao levantar a bandeira do nacionalismo, ele o faz para defender os princípios dominantes e são esses valores que serão as diretrizes de sua produção.

Essas constatações são interessantes para que se observe que Câmara Cascudo, -ao produzir o discurso sobre o domínio holandês, escreve defendendo os valores lusitanos, ou seja, a ótica do português, ressaltando sempre a superioridade do português sobre o holandês. Ele transfere os valores dessa sociedade de oligarquia decadente para aquela em que ocorreu o domínio holandês, justificando sua visão negativa em relação ao período batavo.

Para Cascudo, esse período, em particular na capitania do Rio Grande, em nada veio a acrescentar. Não foi seguido de grandes realizações administrativas, havendo somente duas únicas preocupações: a de dominar, eliminando qualquer resistência político-religiosa; e a de explorar economicamente a capitania. Assim, Cascudo define esse período como sendo marcado por alianças com as tribos indígenas, saques, pilhagens, assaltos e massacres.

Portanto, apesar da renovação pela qual passou a historiografia brasileira, a historiografia clássica norte-riograndense permaneceu inteiramente ligada às linhas de produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O discurso de Luís da Câmara

hist. brasileira

INTERESSANTE

Cascudo não fugiu à regra, seguiu as mesmas idéias do IHGB, mesmo tendo sido produzido mais de um século depois de sua criação. Cascudo irá apresentar as mesmas características presentes na historiografia do século XIX, difundindo os valores aristocráticos e elitistas, apresentando: a valorização de alguns personagens considerados figuras importantes, a marginalização de outras figuras, o detalhamento na descrição de certos eventos e a desvinculação desses eventos das relações sociais que os constituem.

Apesar da distância, entre Varnhagem e Câmara Cascudo, vivendo este em outra época e com outras influências, fica notório a presença varnhageniana em sua obra. Cascudo, assim como o escritor de *História Geral do Brasil*, apresenta um discurso lusófico, defensor convicto do projeto português. Escrevendo sua história voltada para a valorização dos europeus, enaltecendo sempre os portugueses e vangloriando seus feitos. Segundo Cascudo, a origem do povo brasileiro deveria ser procurada a partir da chegada dos portugueses, desta forma o brasileiro é visto como uma herança portuguesa. A continuidade, a tradição e o conservadorismo presentes em seu discurso significam a sua dependência do passado português. Assim sendo, sua interpretação apresentava-se totalmente impregnada pelos ideais da historiografia do século XIX.

cont.
SC
Cascudo

CAPITULO II

O DOMINIO HOLANDÊS SEGUNDO CÂMARA CASCUDO.

Depois de analisar a origem e as influências do discurso historiográfico de Luís da Câmara Cascudo, é necessário direcionarmos este estudo para a análise das principais obras que tratam da presença holandesa na capitania do Rio Grande.

A obra *História da Cidade do Natal* foi produzida em 1946, atendendo a um pedido político do então prefeito de Natal, Sylvio Piza Pedroza, que a publicou no ano seguinte. Portanto, essa obra respondeu a um anseio político do momento, que foi a construção de uma identidade local e regional. Neste sentido, Cascudo tentou dar forma a esse pedido, buscando as peculiaridades dos acontecimentos referentes ao domínio holandês no Rio Grande do Norte, visto que se comemorava o terceiro centenário do período holandês.

A *História da Cidade do Natal*, narra a história da cidade, compreendendo 43 capítulos que abarcam, segundo Enélio Lima Petrovich:

[...] desde a breve permanência dos franceses à procura do pau brasil; o início da colonização portuguesa; a construção da fortaleza dos Reis Magos; o período holandês e a retomada do baluarte pelos lusitanos; a presença religiosa; até a formação das avenidas e bairros; os americanos na 2ª guerra mundial; os transportes e os meios de comunicação; os vultos que tanto engrandeceram e dignificam ainda o dadivoso chão; e as efemérides dos acontecimentos relevantes.²⁹

²⁹ Essa citação foi extraída do prefácio da obra de: CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. p. 5.

Os capítulos enfatizados nesta análise serão o terceiro e o quarto capítulos respectivamente, “antes dos holandeses” e “Nova Amsterdã”, por tratarem do assunto em questão. O terceiro capítulo explica o nome da capitania; narra, levando em conta seu aspecto social e econômico, mais ou menos os 30 anos da cidade que antecederam a chegada dos neerlandeses ao Rio Grande; expõem a situação do Forte dos Reis Magos na época; e cita as primeiras visitas flamengas ao território da capitania.

O quarto capítulo trata do período que Natal foi intitulada de Nova Amsterdã e o Forte dos Reis Magos de Castelo Keulen; descreve às três primeiras tentativas de invasão (1625, 1630, 1631); relata a expedição definitiva, em 1633, e o seu desembarque na praia de Ponta Negra. Neste trecho do livro, Cascudo comenta, ainda, a batalha travada entre os holandeses e os portugueses na Fortaleza dos Reis Magos, assim como a rendição por parte destes; assinala a posse do forte pelos batavos e a estadia deles no território da capitania; conclui o capítulo, falando sobre os ditos massacres de Cunhaú e Uruaçu e a fuga dos neerlandeses da região, encerrando o período de vinte anos e dois meses de domínio holandês.

O que desejamos explicar é que diante da leitura desses dois capítulos fica evidenciada a visão negativa defendida por Câmara Cascudo sobre o domínio holandês. Visão esta contrária a que foi elaborada, por exemplo, pela historiografia pernambucana, onde foi estabelecido o governo do Brasil holandês, que teve como representante maior, João Mauricio de Nassau-Siegen. Nassau, como é mais conhecido, realizou diversas obras de infra-estrutura na cidade do Recife, contribuindo decisivamente para o seu progresso. Portanto, o seu governo teria levado ao desenvolvimento social e econômico da capitania de Pernambuco.

Por isso, na ótica da historiografia pernambucana o domínio holandês é reconhecido como período revestido de muitos aspectos positivos. Maurícia, cidade pernambucana, por ou-se o centro das atrações culturais e das atividades econômicas no período holandês.

Ganhou torres; as ruas foram alargadas; várias edificações foram construídas, como pontes e fortes; as casas foram construídas em modelo holandês. A maior parte da população encontrava-se lá. Ao passo que em todo o resto do Brasil as cidades continuavam simples e pobres, subordinados aos domínios rurais. Diante disso, a capitania pernambucana teria representado toda a grandeza do domínio batavo, ostentando palácios, parques com os exemplares mais variados da flora e da fauna indígenas. A capitania de Pernambuco, teria sido um esplendor que se destacava no meio das outras regiões do domínio batavo.

Em uma visão contrária, Câmara Cascudo mostrou apenas os aspectos negativos da dominação holandesa, que teria se iniciado com as tentativas de invasão, quando, em 1625 e 1630, realizou-se uma verificação e um levantamento do que possuía o território potiguar. Isso deixou subentendido o caráter essencialmente exploratório dos holandeses, como menciona Câmara Cascudo: “O holandês desembarcou em Genipabu, onde esteve saqueando as raras fazendas e fazendo carnagem no rebanho deparado³⁰”.

Na disputa para a tomada do Forte dos Reis Magos, Câmara Cascudo faz alusão a grande persistência dos portugueses na batalha, que mesmo em condições desfavoráveis – sem água, sem reforço, sem defesa prolongada e com muitos pontos dominados pelos flamengos – não demonstraram sinal de desistência, como narra Câmara Cascudo:

V. Excia. deve saber que este Forte foi confiado à minha guarda por S. M. Católica e só a ela ou a alguém de sua ordem o posso entregar e a mais ninguém; preferindo perder mil vidas a fazê-lo, e do mesmo espírito se acham animados todos os meus

³⁰ CASCUJO. Luis da Câmara. *História da Cidade do Natal*. n. 60

companheiros, achando-nos bem providos de todo o necessário.³¹

Esse trecho enfatiza os princípios católicos dos portugueses e enaltece a fidelidade à casa de Bragança, que defende seus domínios acima de tudo.

Ainda segundo Câmara Cascudo, o Rio Grande funcionou no domínio holandês como uma fonte econômica, responsável pelo fornecimento de gado para os soldados holandeses e para a população pernambucana. Quanto a isto, ele afirma que “[...] o holandês resistiu, matando, incendiando; entregando a população cristã aos janduís, no propósito único de conservar a carne para a consumação no Recife, sede da resistência neerlandesa³²”.

Cascudo enfatiza cada vez mais o caráter negativo desse período. Segundo ele, de todas as terras pertencentes ao domínio holandês, a do território do Rio Grande foi a que nada recebeu em aspectos positivos e a que mais sofreu vexames por parte dos holandeses. Os únicos benefícios realizados pelos holandeses teriam sido alguns reparos no forte dos Reis Magos, a doação de um brasão de armas em 1638 com uma ema na chapa lisa do escudo, em homenagem aos janduís. Para ele, embora a imaginação popular acredite que muitas obras ‘faraônicas’ foram realizadas pelos batavos, como a construção do forte em apenas uma noite, mesmo ele tendo sido construído trinta e cinco anos antes da chegada dos holandeses, estas obras não passavam de lendas.

A construção de grandes prédios, estradas e pontes também são atribuídas aos holandeses, apesar da inexistência de qualquer documentação que venha a provar isso. Os próprios mapas feitos pelos holandeses demonstram que estes não ultrapassaram a região de Extremós. Como teria afirmado Tavares de Lira no seu estudo sobre o período holandês: “Em

³¹ Esse fragmento pertence a uma carta, extraído da obra de: CASCUDO, Luís da. *Câmara. História da Cidade do Natal*. p.63 (onde este não faz referência de onde a mesma foi extraída)

³² *Ibid.* p.66.

Natal, a que denominaram de Amsterdã, nada existe do tempo dos Holandeses; ali apenas fizeram consertos e reparos no Forte dos Reis. Existirá, porventura, alguma coisa no interior? Também não³³”

Na obra *Os Holandeses no Rio Grande do Norte*, Câmara Cascudo deixa claro essa ausência de herança batava, concedendo-lhes apenas lendas no imaginário popular:

Não possuímos realmente nenhum trabalho holandês. Nem eles pensaram em deixar lembranças vivas de sua administração.

Existe é verdade, a lenda teimosa dos tesouros enterrados e sempre que o povo encontra um edifício velho, uma ruína impressionante, não sabendo explicar a origem, diz que é trabalho do holandês [...] Documentadamente o holandês fez apenas uns reparos no forte dos Reis Magos [...]³⁴.

Portanto, Câmara Cascudo não atribui nenhum feito, nem muito menos algum mérito aos holandeses. Seu discurso é marcado por ressaltar aspectos pavorosos, tendo os holandeses como inimigos declarados da capitania.

Entendendo-se que o prefácio ou a apresentação de uma obra pode apresentar aspectos importantes, tais como as características do período em que foi produzida, assim como peculiaridades do seu produtor, essas também serão utilizadas para análise do problema proposto pela pesquisa:

“Ao Sylvio Piza Pedroza a quem dediquei a *História da Cidade do Natal* ofereço esta *História do Rio Grande do Norte*

³³LIRA. Apud. CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. p 68.

³⁴CASCUDO, Luís da Câmara. *Os Holandeses no Rio Grande do Norte*. 17.

porque ambas ressurgiram sob a égide de sua vontade generosa.
(L.da C. C.)”³⁵.

Como mostra a dedicatória do livro, *História do Rio Grande do Norte*, produzido em 1955, também foi uma obra encomendada por Sylvio Piza Pedroza, agora na condição de governador. Sendo assim, trata-se de uma obra politicamente engajada correspondendo à busca da construção da identidade local.

Na apresentação da obra *História do Rio Grande do Norte*, Luís da Câmara Cascudo expõe qual é o papel do historiador ao escrever uma obra histórica:

Pareceu-nos essencial divulgar o conhecimento do passado tendo pouco interesse na fixação dos comentários pessoais, sempre discutíveis. Procura-se, na formula interpretativa, explicar a razão de acontecimentos e desenhar a psicologia dos homens que estiveram a frente dos sucessos antigos. Certamente não é possível essa explicação, que o bizantino Procópio dizia ser os secretos motivos de ação, porque o documento é suscetível de substituição. E não sabemos se expressa realmente o ângulo verdadeiro do fato [...].

Esta HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE é uma exposição, uma narrativa, com informações úteis e conclusões dispensáveis. [...] **Escreve-se para narrar e não para provar [...]. Com esse critério tenta-se evocar como nasceu a Capitania do Rio Grande [...]**³⁶. [Grifo meu].

³⁵CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. p.5.

³⁶Ibid.p.7.

Nota-se que, no início da apresentação, Luís da Câmara Cascudo expõe que para ele existe um passado dado e acabado, cabendo apenas ao historiador resgatá-lo e divulgá-lo. Característica puramente positivista. No trecho seguinte, Cascudo fala que o que interessa a ele, são os homens que estiveram à frente dos acontecimentos, por isso que quando aborda Jacó Rabi, atribui bastante relevância a sua figura. Quando Câmara Cascudo fala da “formula interpretativa”, pela qual busca analisar a razão dos acontecimentos, conclui que não é possível realizá-la, uma vez que o historiador depende do documento que, sendo suscetível à substituição, pode não revelar a veracidade do fato. Portanto, se o documento garantisse a veracidade do fato ao historiador seria possível chegar à verdade histórica. Mas já que não é possível (o que concluímos das palavras do autor), não existe fórmula interpretativa em Cascudo.

No segundo parágrafo, fica evidenciado que Cascudo defende que o trabalho do historiador é da pura e simples narração, em que as conclusões são totalmente dispensáveis, uma vez que o autor escreve para narrar e não para provar.

História do Rio Grande do Norte, compreendendo 20 capítulos, expõe o que seria o processo de evolução social e político do Rio Grande do Norte, retratando os simples organismos comunitários, existentes antes da fixação e da expulsão dos invasores, assim como todo o processo transcorrido até a colonização.

O capítulo do mencionado livro a ser analisado é o terceiro, no qual foi enfatizada a organização dos primeiros anos da capitania do Rio Grande, a presença de Mascarenhas Homem na capitania, o surgimento do engenho de Cunhaú, a situação do Forte dos Reis Magos, as tentativas de invasão holandesa e o domínio holandês. Nesse livro, o período holandês compreende: a chegada holandesa, a rendição do Forte dos Reis Magos, as invasões aos engenhos, as alianças dos indígenas com os holandeses, a compra do engenho de Cunhaú,

a administração da capitania, a visita de Nassau a capitania do Rio Grande, os massacres de Cunhaú e Uruaçu e a derrota holandesa.

Detentor de um posicionamento contrário ao período holandês, Cascudo demonstra como este período sempre foi norteado por interesses econômicos e exploratórios. Como mostra essa passagem, em uma das tentativas de invasão a capitania (1631): “Melhor pareceu demorar uns dias, em Genipabu, saqueando, arrebanhando 200 cabeças de gado [...]. Consumimos mais carne fresca do que no decurso de todo o ano anterior [...]”³⁷.

Assim como nas outras obras analisadas, Câmara Cascudo não identifica nenhum aspecto positivo na ocupação batava, ressaltando sempre a violência de que o holandês fez uso na capitania: “O Rio Grande do Norte só conheceu violência, extorsão, vilipêndio, rapinagem. Os nomes holandeses passam em nossa crônica como mancha de sangue vivo. Para nós foram exclusivamente os invasores, os invasores pela força”³⁸.

Um outro aspecto observado no decorrer da leitura deste capítulo é a utilização de um discurso preconceituoso diante da figura de Jacó Rabi, personagem colocado à frente das “grandes barbáries” realizadas no período holandês no Rio Grande, junto com os indígenas aliados, os Janduí. É notório o julgamento de ordem moral feita por Câmara Cascudo, julgamento este que não cabe a um historiador realizar “[...] o judeu alemão Rabi, inteligente, sem escrúpulo e sem caridade. Enriqueceu com os saques, sacudindo os janduí como uma matilha adestrada e fiel para estraçalhar os colonos [...] três vezes o sinistro Rabi atacou e foi afastado [...] ninguém confiava naquele sórdido e desconfiado europeu inteligente e branco, que era por dentro um cariri autêntico, desde o temperamento aos costumes diários [...] tornou-se inimigo radical do onipotente Jacó Rabi, delegado da companhia junto aos

³⁷Ibid.p.63.

³⁸Ibid. 63.

Janduí³⁹”. O que não é de se estranhar, uma vez que Câmara Cascudo já explicou na apresentação da obra, que o seu interesse são os homens que estiveram a frente dos grandes acontecimentos.

Os Holandeses no Rio Grande do Norte é uma obra que foi publicada em 1949, sendo constituída por uma reunião de artigos, sobre o domínio holandês, publicados anteriormente no Jornal *A República*, que depois foram condensados em um único livro⁴⁰. Na apresentação da obra há uma homenagem a Tavares de Lyra, que, segundo Cascudo seria o pioneiro no estudo sobre o domínio holandês no Rio Grande do Norte. Metodologicamente, Cascudo explica que este estudo foi uma revisão das fontes bibliográficas existentes e das tradições orais – o que é notado ainda no índice do livro, pela forma como está organizado.

Cada capítulo trata de um assunto isolado e de uma forma bastante sintética, como se o leitor já tivesse um pré-conhecimento sobre o assunto publicado. No primeiro capítulo, intitulado “A Tentativa de dezembro de 1631”, Cascudo deixa subentendido que ocorreram invasões anteriores, embora não cite nenhuma delas. Em seguida, faz menção à Companhia das Índias Ocidentais, sem também explicar o que teria sido essa companhia:

A Companhia privilegiada das Índias Ocidentais tornou-se senhora de Olinda e Recife em 1630. No ano seguinte arriscou a conquista da Paraíba, perdendo gente e tempo. Restava o Rio Grande cujo mérito era a defesa do Forte dos Reis Magos e a fama da galaria possuída nos seus campos⁴¹.

³⁹ Ibid. p.82-84.

⁴⁰ MAMEDE, Zila. *Luis da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual, 1918-1968*. Natal: Fundação José Augusto, 1970. p.52.

⁴¹ CASCUDO, O. C. r. O. H. e e R. Gran e d N r. p.03.

Neste sentido, fica entendido que Cascudo não escreve para qualquer tipo de público, mas sim, para um público determinado, detentor de conhecimentos básicos sobre o assunto. Outro aspecto observado foi à utilização de certas expressões taxativas na finalização dos capítulos: “E é tudo [...] E é o que há sobre a tradição do trabalho holandês na lagoa de Extremos [...] E basta [...] Não me consta [...] Haverá outros topônimos recordando a presença holandesa? Creio que não⁴²”. Esses termos evidenciam a concepção que Cascudo tem da história como algo pronto e acabado, que apenas quando necessário acrescenta-se algo que se considere inovador. Ele escreve como se já houvesse todo um conhecimento sobre o assunto e, portanto, não aceita contestação do que foi dito.

No segundo capítulo, “Onde desembarcaram os holandeses em 1633?”, Cascudo levanta o questionamento: “que praia seria essa que acolheu o primeiro pé flamengo⁴³”. De acordo com Câmara Cascudo a praia não se trataria de Ponta Negra. Questionamento não realizado por ele nas suas demais obras analisadas nesse trabalho. Na obra *História Cidade do Natal*, produzida anteriormente à publicação de *Os Holandeses no Rio Grande do Norte*, ele afirma que o desembarque dos holandeses se deu justamente na praia de Ponta Negra, como mostra esta passagem: “No dia 8 desembarque na praia de Ponta Negra⁴⁴”. Na obra *Historia do Rio Grande do Norte*, produzida posteriormente à publicação dos *Holandeses no Rio Grande do Norte*, em 1955, Cascudo também afirma com convicção o desembarque na praia de Ponta Negra:

Na manhã de 8 de dezembro desembarcaram em Ponta Negra, chefiados por Bijma, Keulen e Carpenter, marchando sob o sol de verão

⁴²Ibid.p.19-69.

⁴³Ibid.p.06.

⁴⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. p.62.

pela areia branca e deserta. Saquearam uma casa e, ao entardecer, desfilaram em Natal onde o pavor despovoara⁴⁵.

Fato semelhante acontece em *Geografia do Brasil Holandês*, produzido em 1956, quando Cascudo descreve a chegada dos holandeses: “na manhã de 8 de dezembro de 1633 desceram em Ponta Negra as tropas holandesas que deveriam tomar a fortaleza dos Reis Magos[...]”⁴⁶.

Porém, ele conclui na obra *Os Holandeses no Rio Grande do Norte* que:

Ponta Negra tem o seu arrecife fronteiro, duas milhas de comprimento, a milha e meia da praia. Não será propriamente nesse lugar onde os seiscentos soldados do tenente coronel Bijma calcaram areia, iniciando a marcha de quatro horas para Natal ou Cidade dos Reis⁴⁷.

*Alto
Alcance ?
Contradição*

O que teria feito Câmara Cascudo defender uma outra versão nessa obra, uma vez que ela é intermediária às outras duas e, portanto, não seria um conhecimento novo? Sobre isso nada podemos acrescentar, nem é nosso objetivo, senão apontar somente a contradição.

Assim como nas outras obras analisadas, permanece a visão negativa do período holandês, que mesmo tendo permanecido 21 anos na Capitania do Rio Grande, nada acrescentou à região, a não ser os massacres e as devastações.

⁴⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *Historia do Rio Grande do Norte*. p.63.

⁴⁶ Id, Lufs da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*. p.243.

⁴⁷ Id., Luís da Câmara. *Os Holandeses no Rio Grande do Norte*. p.6.

Geografia do Brasil Holandês foi publicado em 1956, sendo uma obra dividida em duas partes, a primeira intitulada “Presença Holandesa” e a segunda parte denominada “Geografia do Brasil Holandês”.

Essa primeira parte corresponde a uma síntese de todo período holandês nas capitanias do Norte, incluindo uma análise das características psicológicas dos holandeses e portugueses. Cascudo ressalta que estes são superiores enquanto que aqueles são tidos como inferiores e, portanto, incapazes de manter o domínio sobre o Brasil. A segunda parte refere-se à toponímia dos lugares de dominação holandesa, (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão).

Nesta obra Câmara Cascudo iniciou seu estudo com uma abordagem diferente das outras obras anteriormente analisadas. Trezentos anos após o ocorrido, parece se deixar levar por certo saudosismo.

Neste 1945 o holandês não é para mim um assunto mas uma presença. Conquistou e dirigiu a região brasileira em que nasci e vivo. A mais amada e conhecida. Não o encontro apenas nos livros, mapas, nótulas e relatórios da Geotroyerd Westindische Companie mas na recordação inconsciente de sua visita de vinte e quatro anos, inapagável na memória nordestina. São familiares aos meus olhos e ouvidos lugares e nomes citados em Barléu, Marcgrave, Moreau, Nieuhof e nos frades cronista da reconquista. Para nós o período flamengo não é *mais historia holandesa que nacional*, como dizia o grande João Ribeiro. É uma fase quase doméstica nas lembranças coletivas. Uma espécie de héjira, dividindo um tempo distante e nevoento. Quando dizemos *no tempo dos holandeses* significamos uma vida normal, organizada e lógica desaparecida e lembrada, cheia de elementos humanos, sangrando de naturalidade.

Naturalmente tem amigos saudosos e inimigos pesados de rancor, ambos com razão pessoal que é uma fidelidade intelectual ao patrimônio de cada família, umas descendentes do flamengo e outras agredida pelo holandês há trezentos anos⁴⁸.

Câmara Cascudo relata o domínio holandês na capitania do Rio Grande, como uma época 'inapagável na memória nordestina', sem referenciar os aspectos negativos apresentados na outras obras analisadas neste trabalho. Cascudo ainda considera essa fase de dominação holandesa como um período de vida normal, organizada e lógica. Contudo no desenvolver desta própria obra, sua abordagem assume outro aspecto.

Cascudo se mostra cada vez mais defensor convicto dos portugueses. Ressaltando a ausência de patriotismo ou de ideais nas tropas holandesas, visto a quantidade de homens de nacionalidade diversa que compunha a Companhia das Índias Ocidentais, chamando a atenção para o fato de que nem os holandeses pertenciam à própria Holanda: "Eram homens de todas as nações, alemães, franceses, ingleses, polacos⁴⁹".

Segundo Câmara Cascudo uma outra característica que conta a favor dos portugueses é a disposição para a miscigenação, elemento este não encontrado entre os flamengos. Miscigenação que se dava através dos casamentos entre portugueses e colonos, ou seja, o português apresentava um espírito de família, não discriminando quanto aos aspectos sociais, econômicos e políticos. Todas as mulheres eram dignas de se relacionarem com eles e formarem famílias. Já o holandês não apresentou esta característica; raros foram os casamentos que se realizaram. Assim, Cascudo conclui:

⁴⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*. P.13.

⁴⁹ *Idem*, p. 17.

Faltou aos Holandeses essa virtude, instintiva e natural no português que, desde as primeiras manhãs do Brasil colonial, lembrou de ir fazendo um povo para substituí-lo e dominar nas terras del-rei; povo sem recalque e apto à formação de um clima interior sem subalternidade⁵⁰.

Cascudo ainda expõe como diferença entre os portugueses e os holandeses, o espírito audacioso que os portugueses demonstravam. O português não se contentava com a povoação no litoral, ele adentrava o sertão, preferindo fazendas e engenhos a casas luxuosas na cidade. Enquanto que o holandês preferia ficar no conforto do litoral. A cidade de Recife em Pernambuco teria sido um exemplo desse gosto urbano.

Um outro fator destacado por Cascudo; que determina a superioridade do português diante do holandês é sua fácil adaptação a qualquer tipo de clima, bem como à culinária local. Diferentemente do holandês que não demonstrou fácil adaptação nem ao clima nem à alimentação regional. O português adapta-se rapidamente as alimentações exóticas, sem esquecer, a culinária lusitana. Ele “[...] não o faz por uma curiosidade de viajante ou necessidade de analista ou esfomeado. Come por um instintivo solidarismo de paladar que é uma manifestação idêntica ao seu espírito curiosamente miscível e sempre típico⁵¹”. Já o flamengo permaneceu fiel ao paladar flamengo: “Salsichas, presuntos afiambrados, toucinhos fumado, cerveja, cevadinha, peixe salpreso, trazido em salmora [...]”⁵².

Portanto, Câmara Cascudo considera o período analisado uma fase extremamente negativa, de completo descaso, violência, pilhagem, responsável pelo retardamento no desenvolvimento e na colonização local, já que aos invasores apenas interessava o fornecimento do gado para o consumo de suas tropas e da população pernambucana. As

⁵⁰Ibid.p.25.

⁵¹Ibid.p.38.

⁵²Ibid p. 38

barbaridades praticadas pelos holandeses, teriam marcado o domínio do invasor na capitania, cuja única herança deixada teria sido alguns reparos no forte dos Reis. Magos e um brasão d'armas.

CAPITULO III

A INVENSÃO DOS MASSACRES DE CUNHAÚ E URUAÇU.

Feita a análise do discurso de Luis da Câmara Cascudo sobre o domínio holandês, entraremos diretamente em contato com a problemática em questão, a análise do discurso de Luís da Câmara Cascudo sobre os ditos massacres de Cunhaú e Uruaçu.

Os chamados massacres de Cunhaú e Uruaçu teriam ocorrido no final do domínio holandês no ano de 1645, na capitania do Rio Grande. Pela forma como são lembrados, esses eventos teriam se destacado em virtude do grau de violência empregada contra os colonos.

Nesse contexto destaca-se a figura de Jacó Rabi (Raby ou Rabbe), que, segundo Câmara Cascudo, foi o delegado da Companhia das Índias Ocidentais junto aos índios Janduís e teria sido o inspirador e executor dos massacres de Cunhaú e Uruaçu.

Rabi era um judeu alemão do condado de Waldeck, vindo para o Brasil com o conde João Maurício de Nassau, em janeiro de 1637. Atuou como funcionário da Companhia das Índias Ocidentais junto aos Janduís e, convivendo com os indígenas durante longo tempo, passou a falar fluentemente a língua deles e adquiriu a confiança da tribo, chegando a casar-se com uma índia, chamada Domingas⁵³. Jacó Rabi teria sido um dos poucos holandeses que teria percorrido os sertões da capitania do Rio Grande e das capitanias vizinhas, participando da vida nômade dos tapuias. De acordo com Cascudo, tornou-se uma das figuras mais odiadas pelos colonos portugueses, como mostra este trecho: "Reunia a unanimidade no ódio e a mais sombria recordação de sua violência bestial [...] ninguém confiava naquele sórdido e

⁵³ VAIATNERAS Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. p.322.

desconfiado europeu inteligente e branco, que por dentro era um cariri autêntico, desde o temperamento aos costumes diários⁵⁴”.

Segundo Ronaldo Vainfas⁵⁵, Jacó Rabi foi um personagem atípico entre os judeus do período holandês. Nem freqüentava sinagoga, nem tratava com os cristão-novos de origem judaica.

Em 15 de julho de 1645, Jacó Rabi teria chegado ao engenho Cunhaú com um grupo de jaunduis, chefiado por Jererera, filho do rei Janduí. Dizendo-se em missão oficial do Supremo Conselho Holandês do Recife, convoca os moradores de Cunhaú para escutar as ordens do Conselho após a missa na manhã seguinte. Segundo Câmara Cascudo, no dia seguinte, 16 de julho:

[...]a capelinha ficou repleta. Os Colonos, apesar do compromisso de 1634, não tinham o direito de usar armas defensivas. Compareceram deixando à porta seus bastões e varapaus. O padre André de Soveral, paulista de São Vicente, com 75 anos de idade, iniciou a Missa. Estava desde 1610 na capitania e fora jesuíta. Súbito, a um sinal dado de Rabi, os jaunduis entraram de roldão, tumultuosamente guinchando de alegria. E matam setenta pessoas. Soveral foi um dos primeiros a cair, apunhalado por Jererera, filho do chefe Janduí. Durante séculos via-se a mancha da mão ensangüentada do sacerdote que se apoiara, ferido de morte, num umbral do altar mor. Nieuhof informa, placidamente, que os mortos foram 36.

Saqueada a capelinha, passam para o engenho, incendiando-o entre urros de alegria. Gonçalo de Oliveira, então proprietário e dois servos escapam, fugindo pelo telhado. O sogro de Joris Garstman contou entre os defuntos. [...] Os colonos dos arredores, sabedores da matança de Cunhaú, refugiam-se na casa

⁵⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. *Historia do Rio Grande do Norte*. p.84.

⁵⁵ VAINFAS Ronaldo. *Op.cit.*p.322.

de João Lostão Navarro, no desaguadouro da lagoa de Papari, barra de Camurupim. Rabi cercou a casa, intimou os sitiados à rendição sob pená de metralha, prendeu-os e levou-os para o Castelo de Keulen⁵⁶.

A notícia dos acontecimentos ocorrido em Cunhaú teria se espalhado por toda a capitania do Rio Grande e pelas capitánias vizinhas. A população teria ficado assustada e temendo novos ataques. Segundo Cascudo, alguns moradores influentes do Rio Grande, entre os quais o vigário Pe Ambrosio Francisco Ferro, pároco de Natal, Antônio Viléla, o moço, Francisco de Bastos, Diogo Pereira e José do Porto recorreram ao comandante do castelo Keulen, para ficarem lá sob proteção militar. A maior parte dos colonos portugueses da região, amedrontados, refugiaram-se nas margens do rio Potengi, se abrindo sob uma murada de defesa rústica. Uns sessenta homens encontravam-se nessa muralha, com suas mulheres, filhos e escravos. Possuindo poucos mantimentos e armados apenas com alguns armas de fogo, permanecem lá por cerca de três meses. Como menciona Cascudo:

Nós últimos dias de setembro de 1645 Jacó Rabi apareceu à frente de grande grupo de indígenas e intimou-os a deixar o local, entregando as armas. Responderam que as armas destinavam-se a conter os selvagens e não a combater os holandeses, de quem possuíam passaportes e papéis garantindo-lhes vida e fazendas. Teimou Rabi na rendição. Repeliram-no e a luta começou. Três vezes o sinistro Rabi atacou e foi afastado, com ferimentos nos seus bestiais auxiliares. Finalmente voltou ao Castelo de Keulen e veio com um tenente da tropa regular flamenga e dois canhões. Dava a sua palavra que nada sofreriam e os indígenas seriam afastados. Invocava a égide do príncipe de

⁵⁶ CASCU DO, Luís da Câmara. *Historia do Rio Grande do Norte*. p.69.

Orange e dos Estados Gerais. Ou espatifaria a todos com tiros de canhão. Os homens renderam-se. Não havia outra alternativa⁵⁷.

Com a rendição da muralha, alguns reféns teriam sido enviados ao Castelo Keulen, sendo eles: Estevão Machado de Miranda, Francisco Mendes Pereira, Vicente de Souza Pereira, João Silveira e Simão Correia. De acordo com Cascudo, no Castelo, já se encontravam alguns moradores refugiados e dois prisioneiros, Antonio Vilela Cid e João Lustau Navarro. Posteriormente explica Cascudo:

No dia 2 de outubro chegou ao conselho Adriaen Bullestraeten. Na manhã de 3 de outubro de 1645 foram esses doze homens levados Potengi acima, até Uruaçú. Viram logo duzentos indígenas e Antônio Paraupaba escaramuçando num cavalo alegremente.

Desceram todos e foram mortos, com refinamento de tortura.

Terminada a primeira leva de mártires, foram à cerca, meia légua do local e trouxeram os homens, sob pretexto de assinar papéis. Sacrificaram Antônio Baracho, Francisco Dias, o moço, Manuel Rodrigues de Moura e sua mulher, Manuel Alvares Ilha, João Martins e mais sete moços que se recusaram aderir aos Flamengos, Antônio Fernandes e Diogo Pinheiro (ou Pereira) que morreram matando, e Matias Moreira (em Diogo Dias Santiago) ou Mateus Moreira (em Castrioto Lusitano e na Relação de Lopo Curado Garro), a quem tiraram o coração pelas costas e o mártir ainda gritou: - Louvado seja o Santíssimo Sacramento!

A fonte informadora dessa historia terrível, de anatomia dolorosa e de traição inominável é a BREVE, VERDADEIRA E AUTÊNTICA RELAÇÃO DAS ÚLTIMAS TIRANIAS E CRUELDADES QUE OS PÉRFIDOS HOLANDESES USARAM COM OS MORADORES DO

⁵⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. *Historia do Rio Grande do Norte*. p.83.

RIO GRANDE e que Frei Manuel Calado inicialmente publicou no VALEROSO LUCIDENO⁵⁸.

Faz-se necessário acrescentar que os massacres de Cunhaú e Uruaçu, fazem parte de um momento histórico bastante conturbado. Caberia então iniciar o estudo do problema, inserindo-o na chamada União das Coroas Ibéricas, ocorrida entre 1580 e 1640, conhecido período em que os reinos de Portugal e Espanha passaram a ser governados por um único soberano, o da coroa espanhola. Assim, a perda da independência política de Portugal significou também a invasão de sua colônia na América pela Holanda, inimiga tradicional da Espanha.

Contudo, é válido ressaltar que, ao contrário das relações hostis entre Espanha e Holanda, Portugal manteve com a Holanda um pacto de aliança comercial, devido à importância que adquirira o comércio açucareiro, principal produto da colônia portuguesa, e o crescente interesse dos holandeses na distribuição e no refino do açúcar brasileiro na Europa.

Com a União das Coroas Ibéricas, os conflitos entre a Espanha e a Holanda tornaram-se mais intensos. A Espanha adotou uma política restritiva, proibindo a comercialização da Holanda com o Brasil, o que conseqüentemente estimulou uma reação da Holanda. Esta por sua vez, sentindo-se ameaçada em seus interesses, inicia a conquista da região produtora de açúcar, o Norte do Brasil, não com a intenção de uma conquista territorial militar, mas principalmente para garantir a continuidade do abastecimento do comércio açúcar brasileiro⁵⁹.

A partir de 1640, ocorreu a restauração do trono português, o que forçou a consolidação de novas alianças na Europa, causando repercussões sobre as áreas coloniais. Portugal, saindo do domínio espanhol, assinou um tratado de paz e amizade com a Holanda, que tornou os dois

⁵⁸ Ibid. p.83.

⁵⁹ MARIZ Marlene da Silva SIASSINA Luiz Eduardo B. Op.cit. p.74-75.

países aliados em oposição à Espanha. A Holanda continuava a possuir o território holandês no Brasil, mas isso, como ficou provado, duraria pouco.

A Companhia das Índias Ocidentais havia concedido créditos aos senhores de engenhos para aumentarem sua produção, contudo os colonos portugueses que haviam adquirido os créditos alegavam dificuldades para cumprir os pagamentos devidos. Após a saída do conde de Nassau, a administração holandesa tornou-se mais severa, passando a cobrar altos impostos e a pressionar de forma impetuosa o pagamento das dívidas. Os proprietários de terras que estavam endividados com os usurários holandeses, sobretudo os senhores de engenho de Pernambuco, decidiram tomar a iniciativa da luta. Prepararam, à *Mulher da Juba* surdina, a chamada Insurreição Pernambucana, incentivando a população em geral a participar do movimento, argumentando que assim se livrariam das dívidas com os holandeses. Em 1645, ocorreu o primeiro embate, próximo a Recife, iniciando uma luta que se estenderia durante anos, espalhando-se por todo o domínio holandês⁶⁰.

Portanto, a rebelião que se iniciaria movia-se por esses interesses, somados aos interesses da monarquia portuguesa em restaurar seu território. Dessa forma, os ditos massacres de Cunhaú e Uruaçu estão inseridos no contexto sócio-político do momento, aspectos que Câmara Cascudo parece desconhecer ou não dar importância, visto que não faz menção a essa conjuntura política da época.

Câmara Cascudo construiu todo o discurso sobre os chamados massacres de Cunhaú e Uruaçu na capitania do Rio Grande, ressaltando sua violência, atribuindo um caráter heróico e martiriológico àqueles que foram vítimas de Jacó Rabi e dos Janduis. A maioria das cenas são descritas com riqueza de detalhes e remetem ao uso da força e da coação. Fato este, que não é de se estranhar, visto que, como já foi explicado no capítulo anterior, para ele todo o domínio holandês na capitania do Rio Grande é caracterizado por aspectos negativos. Câmara Cascudo

⁶⁰ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução a história do Rio Grande do Norte*. Natal: UFRN Cooperativa Cultural, 2002, p. 60-61.

refere-se à Cunhaú como sendo uma “terra ensopada de guerra e guardando recordações inapagáveis do domínio flamengo⁶¹”.

Ao dar aos fatos caráter heróico e martiriológico, Câmara Cascudo apresenta-se como defensor dos portugueses e conseqüentemente da sua religião. “Sendo de formação e vivência cristã, foi homem religioso, de fé, crente nos desígnios de Deus⁶²”. Assim, católico e conservador, era normal que apresentasse um discurso voltado para os ideais da sua religião. Por isso, na descrição dos massacres, ressalta determinadas situações que carregam significado para o catolicismo. Como por exemplo;

[...] na hora da elevação da hóstia, Jacob Rabi mandou a indiada invadir a capela e matar a todos os devotos ajoelhados e contritos⁶³.

Durante séculos via-se a mancha da mão ensangüentada do sacerdote que se apoiara, ferida de morte, no umbral do altar-mor⁶⁴.

[...] Mandaram que se dispam e se ajoelhem. Obdecem e recebem a morte, recusando as consolações de um predicante luterano⁶⁵.

[...] Matias Moreira (em Diogo Dias Santiago) ou Mateus Moreira (em Castrioto Lusitano e na Relação de Lopo Curado Garro), a quem tiraram o coração pelas costas e o mártir ainda gritou: - Louvado seja o Santíssimo Sacramento!⁶⁶.

Câmara Cascudo colocou todos aqueles que foram vítimas dos chamados massacres, como mártires da Igreja Católica que sofreram por não abdicarem de suas crenças, que morreram para não abjurarem sua fé, nem se aliarem aos inimigos da terra.

⁶¹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Os Holandeses no Rio Grande do Norte*. p.35.

⁶² Extraído do prefácio da obra *História da Cidade do Natal*. p.16.

⁶³ *Ibid.* p.82.

⁶⁴ *Ibid.* p.69.

⁶⁵ *Ibid.* p.70.

⁶⁶ *Ibid.* p.82.

Podemos destacar também o discurso violento que Câmara Cascudo faz uso, quando se refere à figura de Jacó Rabi, o que pôde ser proveniente do fato deste ser Judeu. Sendo assim, fica explicado a aversão que Câmara Cascudo, como católico, sentia por ele. Câmara Cascudo considerava-o “inspirador da morte”⁶⁷. Outro fator que justificaria essa aversão é que Cascudo, sendo um crítico dos valores burgueses e da sociedade capitalista, conceberia o judeu como um representante desses valores e dessas sociedades. Cascudo usa os seus valores para avaliar o que ocorreu no domínio holandês. Por isso, o repúdio ao holandês e, sobretudo, ao Judeu.

Uma das principais fontes utilizadas por Câmara Cascudo para a construção do seu discurso sobre os massacres, principalmente o de Uruaçu, foi a *“Breve, verdadeira e autêntica relação das últimas tiranias e crueldades, que os pérfidos holandeses usaram contra os moradores do Rio Grande,”* que Frei Manuel Calado inicialmente publicou na obra *“O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade.”* Essa obra contemporânea aos fatos adquiriu a designação de “história completa” e norteia toda a historiografia que se apresenta daí por diante, vangloriando os portugueses, destacando os valores católicos. Desse modo para uma melhor compreensão da narrativa histórica de Cunhaú e Uruaçu, realizaremos uma sucinta avaliação do contexto em que essa obra foi produzida. Segundo Vainfas, seria: “Obra ora considerada como grande crônica, quase um livro sagrado, ora julgada obra menor, de valor documental discutível”⁶⁸.

Frei Manuel Calado era português de Vila Viçosa e, a partir de 1624, passou a residir em Pernambuco, pregando a fé católica. No governo de João Maurício de Nassau, com a promessa da liberdade religiosa, veio a conviver com os holandeses, que moravam em Recife.

Sabe-se que Frei Manuel Calado era um rico senhor de terras, de escravos e gados, fortuna acumulada junto aos holandeses. Posteriormente tentou fugir para Holanda e foi

⁶⁷Ibid.p.84.

⁶⁸VAINFAS, Ronaldo. Op.cit. p.248.

detido pelo Bispo D. Pedro da Silva, que duvidou da sua fé, acusando-o de defender os inimigos. Não permaneceu preso por muito tempo, fugindo para Recife, onde aconselhou os luso-brasileiros a obedecerem à lei holandesa. Depois de 1645, porém, participou ativamente da Insurreição Pernambucana e escreveu "*o Valeroso Lucideno e Triunfo de Liberdade*", obra escrita no auge das lutas e na qual evidencia ódio aos invasores. Assim, o Frei Manuel Calado estava entre os senhores de engenho prósperos que recebiam créditos dos holandeses e que posteriormente, com a cobrança das dívidas, invertem sua posição e apóiam a insurreição pernambucana. Os historiadores do período holandês divergem sobre a importância dessa crônica. Varnhagem considerou-a descuidada com a verdade e indigna com a história. Capistrano de Abreu reabilitou o valor da crônica, destacando sua capacidade de observação, apesar de apaixonada. Gonsalves de Melo, aponta como erro considerar Manuel Calado historiador cioso da precisão e da imparcialidade. Sugere ser o *Valeroso Lucideno* o depoimento de um contemporâneo, um testemunho da história, devendo ser considerado um libelo contra os holandeses, escrito para influir sobre o rei em favor dos insurretos⁶⁹.

O que se percebe é que este autor, contemporâneo aos fatos, cristalizou certos mitos incorporados pela historiografia, como, por exemplo, a mitificação dos envolvidos nos chamados massacres de Cunhaú e Uruaçu. Mito que Câmara Cascudo concebeu ares de verdade, tomando-o como uma narrativa factual, ou seja, como uma verdade absoluta. Talvez ele acreditasse que, quanto mais próximo do fato estivesse o narrador, mais verdadeiro seria seu discurso. Com isso, ele não levava em conta os interesses políticos, ideológicos ou econômicos vigentes no momento da produção desse discurso. Deixando, dessa forma, em evidência a parcialidade que encontra-se presente em toda a historiografia clássica potiguar, responsável por essa construção dos chamados mártires de Cunhaú e Uruaçu.

⁶⁹Ibid.n.248.

Essa falta de visão crítica sobre esses eventos repercute no que se escreve nos dias de hoje, a destacar a obra de Monsenhor Francisco de Assis, "Protomártires do Brasil"⁷⁰. O Monsenhor de Assis, buscando a beatificação das vítimas dos massacres, realiza uma descrição dos eventos de Cunhaú e Uruaçu, tratando, tão somente, dos aspectos religiosos e enquadrando-os como eventos unicamente religiosos. Como mostra o seguinte trecho:

Durante a ocupação holandesa, a partir do ano de 1633, a Igreja no Rio Grande, implantada pelo trabalho missionário dos jesuítas e estruturada em duas paróquias, a de Natal e a de Cunhaú, passou por um período de crise causada pela presença de autoridades hostis a Igreja e pelo proselitismo dos pastores calvinistas. Com o tempo essa situação redundou numa verdadeira perseguição religiosa, que culminou com os morticínios das localidades de Cunhaú e Uruaçu, onde morreram, presumivelmente como mártires da fé, cerca de 150 pessoas. [...] Foram cenas de grande atrocidades com os soldados e índios bem armados atacando de surpresa os indefesos fiéis. O Pe. André foi alvejado com mais crueldade por se tratar de um sacerdote, apesar de ter alertado os algozes a não tocar no ministro de Deus e nos objetos sagrados do altar⁷¹.

Monsenhor de Assis baseia-se em uma historiografia altamente tendenciosa que favorecia o ponto de vista dos portugueses, não considerando o contexto sócio-político da época nem os relatos holandeses. Omitindo, assim, aspectos que desviariam esses relatos da chave da interpretação religiosa. Ficando, dessa forma, evidente a manipulação das narrativas em torno de Cunhaú e Uruaçu em favor dos interesses da Igreja Católica, na tentativa de Beatificação das vítimas dos massacres de Cunhaú e Uruaçu.

⁷⁰PEREIRA, Monsenhor Francisco de Assis. *Protomártires do Brasil: Cunhaú e Uruaçu*. Natal: DEI, 1999.

⁷¹Ibid.p.05.

No período colonial, milhares de indígenas foram vítimas de vários massacres por resistirem à dominação europeia e nem por isso eles foram lembrados, nem transformado em mártires. A Igreja parece preferir os relatos históricos que contariam a seu favor. No fundo a Igreja estava preocupada em aclamar a fé católica criando mártires, beatos e santos uma vez que o Brasil é considerado o maior país católico do mundo e não possuía nenhum santo brasileiro. Portanto, a canonização desses chamados mártires resolveria esse problema.

No mais, parece que a Igreja Católica vem conseguindo alcançar seus objetivos, porquanto a Assembléia Legislativa do Estado aprovou uma lei tornando o dia 3 de outubro feriado estadual para homenagear os mártires de Cunhaú e Uruaçu. A aprovação dessa Lei leva a questionar os princípios laicos que o Estado deve apresentar, uma vez que privilegia crenças religiosas e apenas uma delas (os católicos), deixando de lado a opinião dos outros segmentos. O Estado não deve compactuar com uma versão que privilegia os católicos, criando um feriado para homenagear os envolvidos nesses ditos massacres. Sabe-se que os interesses da Igreja Católica vão além de homenagear os ditos mártires de Cunhaú e Uruaçu, visto que a canonização resultaria em um atrativo religioso dentro do próprio Estado para os fiéis, resultando em um turismo religioso e com isso, aumentando os seguidores do catolicismo e proporcionando mais rentabilidade para a Igreja e para os cofres públicos, diante das ofertas e festas lá realizadas. Portanto, mais importante que acrescentar, aos já existentes, outro feriado religioso, que já são muitos, seria esclarecer a construção de fatos históricos ocorridos no Rio Grande do Norte como um todo. Seria mais significativo adotar uma política de divulgação da história local nas escolas ou incentivar o turismo histórico, que sabemos não receber nenhum tipo de apoio ou divulgação, e não contribuir com a divulgação da narrativa dos massacres de Cunhaú e Uruaçu, segundo a ótica da Igreja Católica.

A aprovação deste feriado confirma que os poderes públicos não praticam a secularidade que deveriam apresentar, e que o Estado ainda encontra-se entrelaçado aos interesses da Igreja

Católica e colaborando com a divulgação de uma narrativa cujo sentido para a história noroeste-riograndense está ligado aos interesses religiosos⁷².

Desse modo, a memória do domínio holandês, sobretudo, sobre os ditos massacres de Cunhaú e Uruaçu que foram produzidos por Câmara Cascudo, carregando a designação de história completa, acabada, factual e centrada nos feitos dos grandes personagens e heróis, não só edificou essa abordagem desprovida de uma contextualização sócio-política, como propagou o que se chama de massacres dos mártires de Cunhaú e Uruaçu, atestando a mitificação dos envolvidos no morticínio, fato esse constatado nos dias de hoje.

⁷²Cf. SOUZA FILHO, Alípio de. Feriado de 3 de outubro é insulto a indígenas. *Diário de Natal*, Natal, 25 set. 2007.

CONCLUSÃO

Apesar das renovações historiográficas presente no Brasil no período da construção da narrativa histórica de Luís da Câmara Cascudo, este se apresenta ainda vinculado com aos parâmetros historiográficos dos Institutos Históricos, constatando-se uma predominância desse modelo historiográfico na sua visão de história, na sua produção discursiva, ou seja, na matriz de seu pensamento historiográfico.

A análise do período holandês e, conseqüentemente, do que chamou de massacres de Cunhaú e Uruaçu não fugiram a regra, encontram-se permeados pelos pressupostos difundidos pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Cascudo, então, centra-se na elaboração de uma história pensada como completa, factualista, elitista, aristocrata, conservadora, e com a preocupação de ressaltar os grandes feitos heróicos, buscando a formação da identidade Norte-riograndense e nacional:

Luís da Câmara Cascudo confere ao período holandês uma visão extremamente negativa, dizendo ser marcado pelo abandono da capitania, pelas guerras, saques, pilhagens, extorsões, crises econômicas, disputas violentas e massacres. Sendo esses massacres (os de Cunhaú e de Uruaçu) a expressão máxima da violência na capitania do Rio Grande.

Todo o discurso de Câmara Cascudo sobre o domínio holandês na capitania do Rio Grande é centrado na exaltação dos portugueses, enaltecendo suas virtudes, e no menosprezo ao holandês, pormenorizando seus defeitos.

Essa visão de Cascudo é oposta à elaborada em torno da dominação holandesa na capitania de Pernambuco, que teria sido marcada pelo progresso urbano, pelo desenvolvimento econômico e social. Ou seja, a Capitania de Pernambuco representaria o esplendor do domínio Batavo no norte do Brasil. Sendo, portanto, esses aspectos que

diferenciava a dominação batava nas duas capitanias e, portanto, legitimava a história do Rio Grande do Norte como uma história a parte separada daquela da capitania da qual fora anexa um longo período, criando uma identidade local, baseados, no entanto, em aspectos negativos.

É neste sentido que Cascudo constitui a narrativa dos chamados massacres de Cunhaú e Uruaçu, descrevendo com riquezas de detalhes, privilegiando as características que realçam o heroísmo e a dramaticidade do fato e destacando os aspectos martirológico do acontecido.

Para isso ele faz uso principalmente dos escritos contemporâneos ao ocorrido, acreditando-se que quanto mais próximo ao fato, maiores detalhes e veracidade teriam o relato, embora já existisse uma bibliografia vasta sobre o domínio holandês que não é citada nem documentada.

Cascudo realiza uma narrativa extremamente circunstancial, vinculada aos pormenores que envolveram os personagens principais, como a figura de Jacó Rabi, no qual ele atribui à responsabilidade dos massacres e com isso realiza um julgo de valor em relação a sua figura.

Cascudo longe de esclarecer o real sentido desses chamados massacres, contextualizando-os, assume sua condição de católico condenando-os e atribuindo características de uma guerra religiosa, onde de um lado estariam os católicos, e de outro os protestantes e os seus aliados, mitificando todo o acontecido, distanciando-o do contexto político-social, no qual estes eventos estavam inseridos. Essa versão dos eventos fora e vem sendo usada pela Igreja Católica e pelo próprio poder político local, já que o primeiro, luta pela canonização dos ditos mártires de Cunhaú e Uruaçu, e o segundo aprova um feriado estadual para veneração destes mesmos mártires.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. Natal: IHGB/RN, 1999.

_____. **Geografia do Brasil holandês**. [s.n.] Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

_____. **Os Holandeses no Rio Grande do Norte**. Mossoró: [s.n.], 1992. (coleção Mossoroense. Série "c", v.792).

_____. **Historia do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Achiamé, Natal: Fundação José Augusto, 1984.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DIAS, Margarida dos Santos. **Intrépida ab Origine: O Instituto Histórico e Geográfico paraibano e a produção da História local-1905/1930**. João Pessoa: Almeida Gráfica, 1996.

FEIST, Hildegard. **Pequena história do Brasil holandês**. São Paulo: Ed. Moderna, 1998. (Coleção Desafios).

FERREIRA, Sônia Maria Fernandes. **De como Câmara Cascudo se tornou um autor consagrado**. Natal: Ed. Clima, 1986.

GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores: a política Cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos, Caminhos da Historiografia**. v.1, 1988.

LIMA, Diógenes da Cunha. **Câmara Cascudo: um brasileiro feliz**. Rio de Janeiro: Lidado, 1998.

MAMEDE, Zila. **Luís da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual, 1918-1968**. Natal: Fundação José Augusto, 1970.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo B. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Ed.sebo vermelho, 2002.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução a historia do Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN Cooperativa Cultural, 2002.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: 1934-1974**. São Paulo: Ática, 1994.

PEREIRA, Monsenhor Francisco de Assis. **Promártires do Brasil: Cunhaú e Uruaçu**. Natal: DEI, 1999.

RAMOS, Isabel Tebyriçá. **Sertão Verde: as cores do Integralismo no Rio Grande do Norte**.

Disponível em: <http://www.historiacultura.pro.br/modernosdescobrimentos/desc/cascudo/cascudosertaoverd>. Acesso em: 01 jun. 2008.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SALES NETO, Francisco Firmino. **Palavras que silenciam: Câmara Cascudo e o regionalismo-tradicionista nordestino**. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil-1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA FILHO, Alípio de. **Feriado de 3 de outubro é insulto a indígenas**. *Diário de Natal*, Natal, 25 set. 2007.

VAINFAS, Ronaldo. (Dir.) **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. São Paulo: Contexto, 2006.

VELOSO, Mônica. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.